

GOVERNANÇA URBANA E INSTITUIÇÕES: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NO SETOR DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Sessão Temática 14 - Políticas urbanas: Entre o Público e o Privado

Camila Nastari Fernandes

Orientadora: Vanessa Elias de Oliveira (UFABC); Coorientadora: Sarah Feldman (IAU-USP)

Nome do Programa (Doutorado): Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC

Ano de início: 2017

QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA

De que forma a configuração do setor de planejamento urbano no município de São Paulo em seus distintos graus de complexidade burocrática reflete na capacidade e na forma de operação da política em um ambiente de governança urbana, considerando as mudanças no papel do Estado e as interações com diferentes agentes e organizações? O mecanismo analítico consiste em observar as mudanças do ambiente institucional no período de 2009 a 2016, considerando forças que tendem tanto para transformações quanto para continuidades da política. Parte-se do pressuposto que na cidade de São Paulo a atuação da política pública de planejamento urbano esteve historicamente imbricada com agentes do setor privado (FELDMAN, 2005); o que Marques (2016) define como os quatro tipos de capitais do urbano: incorporador, associado aos serviços públicos, setor da construção civil, e de gestão e consultorias.

OBJETIVOS

Este projeto se propõe a contribuir para o conhecimento sobre a área do planejamento urbano, especialmente no que refere-se aos aspectos institucionais da política e a interação entre diferentes agentes e organizações públicas e privadas em ambiente de governança. Tendo como objeto de estudo o caso da administração pública da cidade de São Paulo e

como esta foi sendo construída e reconstruída no período de 2009-2016, ou seja, considerando a perspectiva das mudanças institucionais na organização do poder Executivo, desempenhado tanto pela administração direta, através da secretaria municipal competente (SMDU), bem como pela administração indireta, correspondente à empresa pública (SP-Urbanismo).

METODOLOGIA

A pesquisa está estruturada em três ferramentas analíticas: i. análise documental de dados primários e secundários; ii. entrevistas com elites burocráticas, políticas e especialistas para corroborar com o que foi encontrado nos dados, reconstruir os principais eventos relacionados aos objetivos da pesquisa e inferir sobre o contexto institucional da política; iii. *process tracing*: que é tipo específico de estudo de caso para análises de processos de mudança, com foco em investigações sobre mecanismos e sequências causais não necessariamente lineares e que são constituídas por meio de uma cadeia de evidências.

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA

EIDELMAN, G; TAYLOR, Zack. Canadian Urban Politics: Another “Black Hole”? *Journal Of Urban Affairs*, [s.l.], v. 32, n. 3, p.305-320, ago. 2010.

FELDMAN, S. Planejamento e zoneamento: São Paulo: 1947-1972. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.

JUDD, D. R. Everything is Always Going to Hell. *Urban Affairs Review*, [s.l.], v. 41, n. 2, p.119-131, nov. 2005.

LOWNDES, V. New Institutionalism and Urban Politics. In: Davies, J.S; Imbroscio, D. *Theories of Urban Politics* (2nd Ed.). Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington, DC, pp. 91-105. 2012.

MAHONEY, J.; THELEN, K. A theory of gradual institutional change. In: *Explaining change: ambiguity, agency and power*. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

MARQUES, E.C.L. Em busca de um objeto esquecido: A política e as políticas do urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 32, n. 95, p.01-18, abr. 2017.

SAPOTICHNE, J.; JONES, B. D.; WOLFE, M. Is Urban Politics a Black Hole? Analyzing the Boundary Between Political Science and Urban Politics. *Urban Affairs Review*, [s.l.], v. 43, n. 1, p.76-106, set. 2007.

DIALOGO COM O TEMA DA OFICINA

A pesquisa que estamos desenvolvendo busca contribuir para um debate já existente em alguns países, mas que no Brasil ainda é pouco discutido; e trata de um histórico distanciamento entre dois campos de conhecimento, por um lado os estudos urbanos e de outro a ciência política (SAPATOCHNE et al., 2007; EIDELMAN e TAYLOR, 2010; JUDD, 2005; LOWNDES, 2012; REIMER, 2013; MARQUES, 2017). Consideramos que o Estado e as instituições políticas são dimensões e processos que merecem atenção também do planejamento urbano. Análises sobre as transformações institucionais na política urbana ganham alavancagem para verificar como operam os agentes políticos dentro e fora dos quadros institucionais, analisando as regras formais e informais, os valores e as ideias expressas para entender de maneira mais precisa como se dá seu comportamento na produção de política pública e suas formas de intervenção.

DIALOGO COM PROBLEMÁTICAS REGIONAIS E COM A DISCUSSÃO NACIONAL E/OU INTERNACIONAL

Nossa pesquisa possui estreita relação com o debate nacional e internacional acerca da governança na política urbana que abordam as mudanças do papel do Estado, sendo mais fragmentado, com responsabilidades menos delimitadas, e atuando de forma interdependente com outros agentes (públicos, privados e organizações sociais). A atuação pública num contexto de governança além de mais interativa, passa também pelo desafio em lidar com a diversidade de agentes numa dinâmica mais aberta e participativa, embora nem sempre simétrica. Por isto, é fundamental compreender a reformulação das instituições políticas locais não como processo único e linear, mas abarcando os diferentes fluxos de ideias e práticas muitas vezes contraditórias que ocorrem de forma simultânea entre novos e velhos formatos.

PRINCIPAIS IMPASSES E DIFICULDADES

Há uma lacuna de investigação sobre o tema no Brasil, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, fato este que dificulta a troca de conhecimento e compartilhamento de reflexões com outros pesquisadores. Além disso, temos encontrado certa dificuldade de acesso a documentos e materiais históricos de teor oficial sobre a política municipal de planejamento urbano na cidade de São Paulo. As pesquisas documentais encontram materiais relevantes produzidos por gestões passadas nos sites oficiais do governo, bem como no Diário Oficial e Biblioteca Virtual da Câmara Municipal, entretanto, documentos estratégicos que não foram publicados nestas ferramentas de transparência pública são ainda de difícil acesso. Vale destacar que a biblioteca da Secretaria foi fechada recentemente para acesso ao público.